



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA ARTE
FACULDADE DE DANÇA
LICENCIATURA EM DANÇA

**DANÇA E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: PROCESSOS EDUCACIONAIS
FORMATIVOS DE UMA ARTISTA-PROFESSORA-PESQUISADORA COM
DEFICIÊNCIA AUDITIVA NA LICENCIATURA EM DANÇA**

ANA CLARA LIRA TEIXEIRA

Belém do Pará

2022

ANA CLARA LIRA TEIXEIRA

**DANÇA E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: PROCESSOS EDUCACIONAIS
FORMATIVOS DE UMA ARTISTA-PROFESSORA-PESQUISADORA COM
DEFICIÊNCIA AUDITIVA NA LICENCIATURA EM DANÇA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em Dança da Faculdade de Dança da UFPA como requisito básico para a obtenção de Grau de Licenciado em Dança.

Orientadora: Prof. Dra. Lane Viana Krejcová.

Belém do Pará

2022

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Biblioteca Universitária da ETDUFPA-Belém-PA**

T266d Teixeira, Ana Clara Lira

Dança e educação inclusiva: processos educacionais formativos de uma artista-professora-pesquisadora com deficiência auditiva na licenciatura em dança / Ana Clara Lira Teixeira.

Orientadora: Prof.^a Dra. Lane Viana Krejcová.

Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Arte, Faculdade de Dança, Curso de Licenciatura em Dança, Belém, 2022.

1. Dança – estudo e ensino. 2. Educação inclusiva. 3. Professores de dança – Formação profissional. I. Título.

CDD - 23. ed. 792.07


Elaborado por Rosemarie de Almeida Costa – CRB-2/726



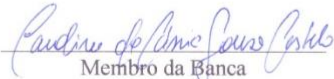
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA ARTE
FACULDADE DE DANÇA

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

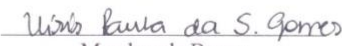
Aos vinte e nove dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e dois, às 14 horas, na sala 22, da Faculdade de Dança da Universidade Federal do Pará, reuniu-se a Banca Examinadora constituída pelas docentes: Profª. Dra. Lane Viana Krejcova (Orientadora e Presidente da Seção); Profª. MSc. Uisis Paula da Silva Gomes (Membro Avaliador) e Profª. MSc. Caroline De Cassia Sousa Castelo (Membro Avaliador), para proceder à avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado DANÇA E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: PROCESSOS EDUCACIONAIS FORMATIVOS DE UMA ARTISTA-PROFESSORA-PESQUISADORA COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA NA LICENCIATURA EM DANÇA, de autoria da aluna Ana Clara Lira Teixeira, da turma: 2017, do Curso de Licenciatura em Dança. Iniciado os trabalhos, o(a) Presidente(a) da Seção apresentou as normas de Defesa do Trabalho de Conclusão de Curso e em seguida convidou o(a) aluno(a) para fazer a apresentação do trabalho. Após a exposição oral, o(a) estudante foi arguido pelos membros da banca, que atribuíram conceito EXCELENTE ao seu Trabalho de Conclusão de Curso, tendo sido assim APROVADA (aprovado/reprovado), conforme normas regulamentares. Nada mais havendo a tratar, eu, Lane Viana Krejcova (presidente da banca), lavrei a presente ata que segue assinada por mim, pelos demais membros da banca examinadora do trabalho avaliado e pelo(a) aluno(a).



Presidente da Banca



Membro da Banca



Membro da Banca



Aluno(a)

Para todos os deficientes auditivos,
em nome de nossa luta, dedicação, e
reconhecimento como pessoas humanas que
conquistam seu espaço e respeito em todos

os lugares.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, sou grata a Deus por toda força e sabedoria para seguir com dedicação na realização de concluir meu curso. E assim, por ouvir e atender a todas as minhas orações. Sem Ele, eu não chegaria com tanta força até aqui. Também agradeço a Ele por cada vez que restaurou a minha saúde, e por me dar e colocar pessoas incríveis na minha vida, que me ajudaram, que oram por mim, e cuidaram de mim.

Agradeço aos meus pais Jorge e Maria do Carmo Teixeira, que me deram apoio e incentivo nas horas difíceis, por nunca soltar minha mão em todos os momentos e se dedicaram incansavelmente durante minha trajetória no curso, principalmente, nas lutas diárias entre ir ao médico e conseguir meu aparelho auditivo, desde a descoberta da minha deficiência. Sendo fortes ao meu lado, enfrentando cada barreira perante a sociedade e na minha educação escolar até a universidade.

Sou imensamente grata por meus mestres, desde a minha educação infantil até a universidade, a todos que independente de não estarem preparados para lidar comigo, com muita troca de conhecimento aprenderam comigo e eu com eles.

A minha orientadora, por me ajudar na conclusão do meu TCC, por me aceitar em sua casa, junto a sua família, por toda paciência e carinho durante esse processo. Aos meus amigos, que são tantos, por torcerem, e me incentivarem cada dia mais. A minhas alunas, do qual sou muito grata e orgulhosa com cada evolução. Por serem maravilhosas, com tamanha alegria, amor, inocência e ternura. Senão por vocês, eu não teria concluído este curso, não trabalharia com tanta dedicação e vontade de fazer mais e mais por vocês.

E a todos da minha família, cada pessoa que me ajudou, e me ajuda em tudo. E torcem por mim sempre.

RESUMO

Esta pesquisa tem como o objetivo de realizar uma análise dos processos educacionais-artístico-formativos para a educação inclusiva a partir dos relatos autobiográficos de uma artista-professora-pesquisadora com deficiência auditiva em Licenciatura em Dança. Objetiva trazer um olhar, a partir dos relatos de experiência de uma aluna com deficiência auditiva, sobre a realidade da formação educacional, dos processos de inclusão e do papel do professor na instituição de ensino, que muitas vezes não estão preparados para lidar com alunos com deficiência. Consideramos neste trabalho que a formação de um professor é contínua, principalmente quando se trata do conhecimento da deficiência de seu aluno, e que os processos de formação perpassam pelo conhecimento da realidade a partir daqueles que a vivenciam. Assim, pretendo aqui colocar, a partir do meu ponto de vista, a questão da deficiência auditiva e o processo de inclusão da pessoa surda no contexto educacional pela perspectiva de uma aluna-artista-professora em formação com deficiência auditiva. Vejo como necessário na formação de professores todo um estudo de como lidar e criar estratégias metodológicas para trabalhar com pessoas com deficiências, e conhecer a rotina do seu aluno a partir de fora da sala de aula e da escola.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Formação do Professor; Deficiência auditiva; Autobiografia; Análise

ABSTRAT

This research aims to carry out an analysis of the educational-artistic-formative processes for inclusive education from the autobiographical reports of an artist-teacher-researcher with hearing impairment under formation in the Faculty of Dance. It aims to bring the point of view from the experiences of a student with hearing impairment and her journey through the formal education processes and those of inclusion with especial attention to the role of the teacher in the educational institution, which are often not prepared to deal with students with deficiency. We consider in this work that the formation of a teacher is continuous, especially when it comes to the knowledge of the student's deficiencies, and that the formation processes are dependent on the knowledge of the reality from those who experience it. Thus, from my point of view, I intend to present the issue of hearing impairment and the process of inclusion of the deaf person in the formal education context from the perspective of a student-artist-teacher-in-training with hearing impairment. I defend the idea that a whole study of how to deal and create methodological strategies to work with people with disabilities is mandatory in the process of formation of teachers, which includes the knowledge about the routine of their students with deficiency outside the classroom and the school.

Keywords: Inclusive Education; Teacher Training; Hearing deficiency; Autobiography; Analysis;

Sumário

1. INTRODUÇÃO	9
2. JUSTIFICATIVA	10
3. OBJETIVOS: GERAL E ESPECÍFICOS	11
3. 1. OBJETIVO GERAL	11
3. 2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	11
4. ABORDAGEM METODOLÓGICA	12
Classificação da pesquisa	12
Procedimentos metodológicos	12
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO	13
5. 1. A descoberta da deficiência	13
5. 2. Questões de identidade	15
5. 3. Barreiras	19
5. 4. As leis e a realidade da pessoa com deficiência	25
5. 5. Espaços de Inclusão - o papel da arte?	27
5. 6. O processo de formação de professores e a inclusão	29
6. CONCLUSÃO	32
7. REFERÊNCIAS	34

1. INTRODUÇÃO

Para falar sobre a minha história é preciso reviver cada situação que me entristece e me fortalece, além de aumentar minha determinação em mostrar e mudar as situações que vivenciei desde o momento que senti na pele os preconceitos, as dores, as lágrimas que derramei, por não ser acolhida e compreendida por pessoas com as quais convivi, por conta de minha deficiência. Porém, cada situação que passei foi apenas o que me deixou mais forte e disposta a mostrar que eu, uma aluna com deficiência auditiva, artista e professora de dança, na Universidade Federal do Pará; sou capaz de ser alguém, igual a todos, e com os mesmos direitos de todos.

Desde a descoberta da minha deficiência auditiva, foram diversos os personagens que desse processo de descoberta e aprendizado foram partes importantes, e que me impulsionaram na minha caminhada, seja por conta de diminuir ou mesmo por agravarem as questões que me cercavam. O meu próprio processo de descoberta, aceitação e adaptação a um mundo de ouvintes num contexto educacional desenhado para as pessoas ouvintes, com todos seus obstáculos e superações, foram decisivos para o meu crescimento e para a visão que desenvolvi acerca da realidade das pessoas com deficiências nos diferentes níveis de educação, local onde o exercício da cidadania é elemento primordial para o cumprimento dos objetivos aos quais todo o processo educacional se destina.

Assim, faço reflexões aqui baseadas em todos os desafios que enfrentei, que perpassam as questões legais, o preparo dos professores, os diálogos (ou a falta deles) e as estratégias metodológicas que pautaram a minha formação educacional desde o ensino fundamental até a minha formação no curso de Licenciatura em Dança. Ser uma discente na universidade com deficiência auditiva e me tornar agora uma professora de dança com deficiência auditiva são fatores que me incentivam a querer mudar as situações que ocorrem em sala de aula entre professores e alunos com deficiência auditiva, e que se refletem em diversos outros contextos sociais.

Nesta pesquisa trago a problemática existente na falta de preparo na formação de professores, na gestão escolar, infraestrutura, falta de equipamentos adequados, exercícios de empatia etc., tais problemas vividos por mim, a partir da minha experiência/vivência como aluna com deficiência auditiva nas escolas até a universidade. Discuto e analiso aqui a presente e persistente a falta de preparo e conhecimento relacionados à realidade dos alunos com deficiência, o que dificulta a

inclusão e equidade nas escolas, em salas de aulas, e relato brevemente o papel da dança durante esses processos para esta artista-professora-pesquisadora em dança.

2. JUSTIFICATIVA

Esta pesquisa objetiva mostrar a realidade de uma pessoa com deficiência dentro da universidade que se prepara para a sua formação profissional como professora de dança, que mediante toda trajetória escolar e acadêmica viveu momentos de grandes lutas para se graduar passando por diversos desafios em relação à falta de preparo dos professores para lhe atender e lidar com suas dificuldades, relacionadas especificamente à sua deficiência auditiva.

Dados os recentes avanços no campo da inclusão, que ainda são escassos, mas que certamente vem melhorando gradativamente o cenário das pessoas com deficiência especialmente no âmbito educacional, não sabemos até quando vai durar essa falta de preparo do professor para ter o conhecimento, o estudo sobre as necessidades de seus alunos com deficiência. Sendo assim, consideramos que a formação de um professor é contínua, principalmente quando se trata do conhecimento da deficiência de seu aluno, e que os processos de formação perpassam pelo conhecimento da realidade a partir daqueles que a vivenciam. Assim, pretendo aqui colocar, a partir do meu ponto de vista, a questão da deficiência auditiva e o processo de inclusão da pessoa surda no contexto educacional pela perspectiva de uma aluna com deficiência auditiva. Vejo como necessário na formação de professores todo um estudo de como lidar e criar estratégias metodológicas para trabalhar com pessoas com deficiências, e conhecer a rotina do seu aluno a partir de fora da sala e da escola.

Neste estudo, procuro identificar quais as causas e consequências das condições inadequadas para o exercício de uma educação inclusiva, para atender as necessidades de uma estudante com deficiência auditiva, a partir de minhas experiências nos processos educacionais. Considero que para que a inclusão se torne efetiva, precisamos dispor de mudanças educacionais efetivas que complementem o trabalho do professor, podendo atender ao paradigma vigente de inclusão educacional que dependem de diversos fatores, como, por exemplo, o contexto social, econômico e cultural em que se insere a formação acadêmica, as concepções e representações sociais relativas à deficiência. Assim, o esclarecimento, a comunicação efetiva e a formação são as melhores formas para mudanças na educação inclusiva, podendo fazer com que o professor seja formado de maneira que lhe garanta um maior preparo para atuar mediante os corpos diferentes.

O interesse para realizar esta pesquisa se deu quando comecei a pensar que a necessidade de mudar as situações que sofri durante meu processo de formação nas escolas e universidade estejam relacionados à falta de conhecimento e preparo dos professores para lidar com alunos com deficiência. Sabemos que são muitos os questionamentos sobre como lidar com essas pessoas com deficiência, que a inclusão configura-se num campo permeado por inúmeras complexidades, e também que é necessário o desenvolvimento de estratégias para que os professores estejam preparados para lidar com elas. Para a dança, esta pesquisa visa estar em conformidade à linha de pesquisa de Formação de Professores e os Processos de Ensino e Aprendizagem. E a finalidade é despertar a atenção para a necessidade da tomada de providências para sanar os problemas identificados, para que outras pessoas sejam, de fato, incluídas no sistema de educação desde a base até o ensino superior. Espero que estes relatos sejam um ponto de reflexão para muitos docentes em formação, que reflitam sobre as situações aqui descritas e discutidas a fim de despertar seu interesse na construção de conhecimentos que os capacitem a atuarem de forma transformadora numa perspectiva educacional inclusiva.

3. OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

- Realizar uma análise dos processos artístico-educacionais-formativos para a educação inclusiva a partir dos relatos autobiográficos de uma artista-professora-pesquisadora com deficiência auditiva em Licenciatura em Dança.

3.2 Objetivos Específicos

- Descrever os processos educacionais, formativos e artísticos durante os processos de descoberta, convivência e formação de uma artista-professora-pesquisadora com deficiência auditiva em dança;

- Analisar os processos educacionais da educação inclusiva em sala de aula e o preparo da formação dos professores a partir das experiências da autora enquanto aluna, pesquisadora, artista e docente em formação;

- Discutir os processos inclusivos, as barreiras atitudinais, comunicacionais, metodológicas e programáticas à inclusão a partir dos relatos autobiográficos da autora, à luz da literatura pertinente;

- Sugerir estratégias e processos atitudinais inclusivos na esfera do ensino e do ensino da dança a partir das percepções e experiências da autora durante sua formação educacional e acadêmica.

4. ABORDAGEM METODOLÓGICA

4.1 Classificação da Pesquisa

Trata-se de pesquisa aplicada, pois visa a aquisição de novos conhecimentos relevantes a um fim prático, que envolve os processos educacionais e artísticos de inclusão de pessoas com deficiência. Esta pesquisa tem caráter exploratório e autobiográfico, objetivando proporcionar uma maior familiaridade do leitor com os problemas relacionados aos processos de inclusão no campo da educação e das artes, a partir dos relatos das experiências vividas pela autora, uma artista-professora pesquisadora com deficiência auditiva. Trata-se ainda de pesquisa bibliográfica uma vez que visa, a partir da determinação do estado-da-arte das questões observadas, discutir à luz da literatura as experiências relatadas, sugerindo mecanismos de atenuação das problemáticas observadas, desta forma adquirindo o caráter de pesquisa-ação.

4.2 Procedimentos metodológicos

A abordagem metodológica desta pesquisa foi realizada através da autobiografia e autoetnografia da autora, buscando a partir das vivências relatadas, mudanças que possam instigar professores e futuros professores a ter uma formação contínua para estarem preparados a receberem, orientarem e ensinarem seus alunos nas escolas e universidades, numa perspectiva inclusiva, especificamente às pessoas com deficiência, no campo educacional e da dança.

A partir da organização das vivências relatadas pela autora, em uma perspectiva temporal, foram levantadas as questões relacionadas às principais problemáticas identificadas no campo da inclusão envolvendo os processos educacionais, de formação docente e artísticos, e discutidos utilizando referências na literatura para nortear as referidas questões. As discussões foram dirigidas no sentido de sugerir estratégias de endereçamento a essas problemáticas, a fim de contribuir com os processos de formação de professores, de professores-artistas-pesquisadores, e com o processo de inclusão no contexto educacional e social.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Aqui relato, em diversos trechos, os atravessamentos do meu processo de formação educacional perpassado pelo meu processo de reconhecimento e adaptação com a realidade de minha deficiência. Meus relatos estão transcritos em itálico, seguidos de discussões e reflexões, à luz da literatura, dos processos que observo envolvidos em cada trecho.

5.1. A descoberta da deficiência

A descoberta da minha deficiência auditiva, foi percebida por minha primeira professora na educação infantil, quando eu tinha apenas 5 anos de idade. Ela percebeu, no momento de realizar as atividades em sala de aula, que quando ela me chamava para entregar minhas atividades, não havia resposta minha ou atenção ao chamado dela. Em conversa com minha mãe sobre as percepções dela, ela levantou a possibilidade de haver algum problema. De acordo com minha mãe, ela ainda não havia percebido nada. E assim, foi sugerido pela professora que se fizessem testes em casa, fazendo eu ficar brincando na sala e minha mãe tentar me chamar. De acordo com a professora o problema poderia ser simples falta de atenção, ou indicar uma deficiência auditiva. Após esse exercício, minha mãe percebeu que havia algo de errado: eu não ouvia direito. Daí, ela me levou ao médico.

A partir dessa experiência, percebemos o importante papel que a escola desempenha no processo de detecção e diagnóstico de problemas que possam afetar o desenvolvimento e a convivência da criança nos diversos cenários sociais. Ao configurar o primeiro espaço de convivência social para além do seio doméstico, é na escola que as diferenças recebem realce, onde os sujeitos provenientes de diferentes seios familiares passam a integrar espaços de convivência. A família e a escola, nesse cenário, configuram os dois contextos primários e fundamentais para o desenvolvimento humano, elementares para o delineamento da trajetória de vida das pessoas (Dessen e Polonia, 2007). De acordo com Sampaio e Sampaio (2009):

“A escola tem um papel significativo, não só para o desenvolvimento cognitivo e social das crianças, mas também para sua saúde psíquica, pois ela é o primeiro espaço social promotor de separação entre a criança e a família, (...).”
(Sampaio e Sampaio, 2009 p.31)

Desse modo, nos processos de identificação e diagnóstico das deficiências, que perpassam pelas dimensões clínica, pedagógica e doméstica, as relações e efeitos no

campo escola/família são determinantes para a detecção, avaliação criteriosa, preparo, desenvolvimento e aprendizagem dos sujeitos envolvidos (Silva, 2015). Muitas vezes, apesar de a mãe configurar o sujeito com maior proximidade e conhecimento relacionado à criança, o professor acaba sendo o sujeito que detecta a diferença, provavelmente por lançar um olhar mais apurado ou pelo fato de o contexto escolar acaba por ser mais propício para a identificação de diferenças devido à convivência de diferentes sujeitos em um ambiente único (Dessen e Polonia, 2007). Assim, torna-se essencial que a formação docente, visando à inclusão, inclua em seus objetivos o conhecer e problematizar os processos de identificação e diagnóstico de alunos com deficiência no contexto escolar.

O médico solicitou que eu fizesse diversos exames, e levantou possíveis hipóteses para explicar a minha perda auditiva. Perguntou a minha mãe a respeito da minha rotina, e das complicações que ela teve durante a gravidez e que doenças eu já havia contraído. Havia apenas duas hipóteses: problemas respiratórios e de garganta, ou complicações durante a gravidez. Assim, foi realizada uma cirurgia para a retirada das minhas amígdalas e adenóide, mas depois deste processo foram realizados novos exames, e não houve cura ou melhora. Durante a gravidez, a minha mãe havia sido acometida diversas vezes por infecção urinária e teve que fazer uso de medicamentos antibióticos, o que pode ter sido a causa de minha perda de audição. Minha mãe conta que nesse processo, teve de se abster de todas as emoções que poderiam lhe deixar mal e afetar sua rotina.

Na família, a descoberta de uma deficiência pode ser um choque. No processo de constituição psíquica de uma criança, “O bebê é uma coisa morna e pequenininha, carente de um passado próprio e repleto de promessas de futuro” (Coriat, 2006, p.75). Assim, o bebê muito antes mesmo de nascer, já faz parte da rotina e dos planos futuros de toda a família, o que inclui diversos investimentos psíquicos e emocionais por parte dos pais. Quando se apresenta algum tipo de deficiência, algo da preparação dos pais acaba sendo acabada e precisa ser imediatamente refeita, reorganizada, sem pausa, durante o processo de desenvolvimento ininterrupto dessa criança (Vendrusculo, 2014).

"A presença de um filho com deficiência da audição no ambiente familiar exigirá de cada membro redefinições de papéis e mudanças. Os pais então se encontram em uma situação diferente daquela que haviam imaginado e necessitam tornar-se pais especiais. Além das pressões internas de familiares, ocorre a necessidade de lidar com pressões sociais externas. A sociedade em que vivemos demonstra dificuldade para conviver com diferenças. Essa dificuldade de convívio ocorre também em relação à pessoa com deficiência da audição, o que acaba por se estender sobre toda a família e sobre a relação desta com o membro deficiente." (BOSCOLO e SANTOS, 2005).

Os filhos são um importante foco emocional para a família. Nesse contexto, o

diagnóstico de uma deficiência gera uma crise, um luto na família, especialmente nos pais. Estes percebem que tudo aquilo que estava até então planejado e idealizado tem uma possibilidade de não se concretizar. Muitas vezes, a família não está preparada para as mudanças físicas, psicológicas, sociais e principalmente para as possíveis alterações diárias que deverão enfrentar (Vendrusculo, 2014). A família, nesse cenário, para além das próprias questões, encontra-se num papel de suma importância para o acompanhamento e adaptação com especialistas do filho com deficiência auditiva, na busca de informações sobre sua deficiência e sua educação familiar e escolar, para a adaptação do mesmo para a convivência em diferentes espaços sociais. A família tem o papel de acompanhar o filho e proteger das barreiras da sociedade que ainda demonstra dificuldade de aceitação e de lidar com as diferenças (Ribeiro et al, 2017).

5.2 – Questões de Identidade

Durante meu crescimento fui enfrentando preconceitos e barreiras devido a minha deficiência auditiva. Eu não tinha o entendimento do que significava ser deficiente auditiva. Até então, fui percebendo como eu era e me comportava depois da descoberta já no período da universidade ao pensar em desenvolver um tema sobre minha vivência para o Trabalho de Conclusão de Curso sobre a minha educação escolar pelas barreiras enfrentadas.

Portanto, ao não saber o que era ser deficiente auditiva quando criança, foi algo que não sei nem expressar às vezes. Pois, eu fazia e vivia como uma criança que não tinha deficiência até entender quem eu era. Quem dera ou não, se pudesse saber o que era ser deficiente, ou quem dera ser uma pessoa sem deficiência como todos. Enfrentar todas as barreiras não é fácil. Ouvir as pessoas falarem que sou surda como forma de ofensa, ser ignorada pelas pessoas por acharem que não sou igual a eles, que a minha deficiência me torna incapaz, impossibilitada. Passar por tudo o que passei foi muito duro. Dias de choros, frustrações, e todos os sentimentos que me deixavam magoada. Lembrar da minha infância e adolescência, onde eu não tinha o entendimento de ser deficiente auditiva, fui crescendo e descobrindo o que era ser isso, sentindo já na pele as dores, e assim me identificando. Hoje, não me identifico como Surda, apenas como Deficiente Auditiva.

Art. 2º Para os fins deste Decreto, considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras. Parágrafo único. Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou

mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz. (DECRETO Nº 5.626, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005)

De acordo com o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10,436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, a pessoa surda é aquela que apresenta perda total da audição ou perda auditiva que a impossibilite de interagir através da língua oralizada. O decreto ainda considera a deficiência auditiva como a perda, parcial ou total, da audição.

Uma situação muito comum quando as pessoas começam a conviver mais de perto com o universo da inclusão são as dúvidas referentes às nomenclaturas: Como se referir àquelas pessoas que apresentam diferentes deficiências sem diminuí-las reduzi-las à sua diferença, ignorar suas potencialidades ou mesmo sem ser condescendentes ou pejorativos? Com relação ao meu caso específico, a questão que sempre me rodeou foi: qual o termo mais correto, e o que se aplica ao meu caso, sou deficiente auditiva ou surda? Ainda, até que ponto o meu próprio ponto de vista, na posição de sujeito com identidade própria, é válido para essa determinação para além dos pontos de vista clínico, legal ou social? Sabemos que, assim como eu, há pessoas que são deficientes auditivos que não se identificam como deficiente auditivo, mas como uma pessoa surda e vice-versa.

De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), o conceito pessoa Deficiente é:

“qualquer pessoa incapaz de assegurar por si mesma, total ou parcialmente, as necessidades de uma vida individual ou social normal, em decorrência de uma deficiência, congênita ou não, em suas capacidades físicas ou mentais” (ONU, 1975).

Quanto à definição de pessoa surda, é aquela que apresenta surdez, que consiste na perda maior ou menor da percepção normal dos sons. Verifica-se a existência de vários tipos de pessoas com surdez, de acordo com os diferentes graus de perda de audição” (MEC, 2006). Cada pessoa surda possui um grau de perda de audição. A sociedade refere um deficiente auditivo como uma pessoa com surdez, ou pessoa surda, assim como o termo deficiente auditivo pode ser utilizado para designar aquele que não é usuário da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e sem Identidade Surda definida. Qualquer pessoa com perda de audição pode se identificar da forma que preferir independente se utiliza LIBRAS ou não, se usa aparelho auditivo ou não, se possui um grau de perda leve, moderado ou total. Cada um tem a liberdade de se identificar da sua forma.

Durante minha infância essas questões foram muito tranquilas para mim devido

eu não entender sobre minha deficiência auditiva. Hoje lembro que quando criança eu colocava legendas na TV, mas nunca prestava atenção, ou não sabia ler rápido e tinha uma visão focada dividida entre as legendas da TV e a imagem reproduzida por ela. Hoje tudo o que assisto é apenas com legendas, e consigo ter a atenção focada na legenda e nas imagens. Isso é o mesmo em relação à comunicação com as pessoas que fazem leitura oralizada, identificando a expressão facial e corporal da pessoa, pois diante das minhas diferenças fui me acostumando, me adaptando com a minha realidade para poder aprender a ter convívio com as pessoas ouvintes, por eu não fazer uso da Libras e por minha família não ter o interesse em aprender Libras para nossa comunicação, mas eles não viam minha deficiência como impedimento de me comunicar e viver como os ouvintes. Talvez pelo fato de não buscar outra forma de comunicação, não ser usuária da LIBRAS, eu me identifico apenas como Deficiente Auditiva, de grau moderado a severo, ou, Deficiente auditiva parcial.

“A família é base fundamental no processo de troca de experiências do indivíduo com o meio, além de ser a mais importante instituição responsável pela socialização da criança” (SILVA, CRUZ E CONCEIÇÃO, 2017). A família ter o interesse em aprender a LIBRAS para a comunicação com a criança é uma atitude muitas vezes necessária para a criança adquirir desenvolvimento social com a família e com a comunidade surda, bem como para consolidação da sua identidade surda.

De fato, uma diferença importante entre as nomenclaturas “deficiente auditivo” e “pessoa surda” é que estas definições vão muito além da perspectiva clínica e possuem componentes culturais importantes diretamente ligados à utilização da LIBRAS, o que torna a surdez não somente uma deficiência, mas uma outra forma de experimentar o mundo visual.

Quando a pessoa surda não aprende LIBRAS desde sua infância, a comunicação e integração com a sociedade pode ser mais difícil para ela, na sua educação e na socialização.

“Quando a criança surda tem a chance desde o início de seu desenvolvimento contar com pais dispostos a aprender a língua de sinais, com adultos surdos, com colegas ou até mesmo em cursos de Libras, elas passam a narrar em sinais e a dimensão de seu processo educacional será outro. Mas infelizmente essa não é uma realidade que acompanha a maioria das pessoas surdas, cabendo, portanto, à escola a responsabilidade de contribuir para a construção linguística, identitária e cultural dos estudantes surdos.” (SILVA, CRUZ E CONCEIÇÃO, 2017)

No início do meu curso de Licenciatura na Universidade Federal do Pará,

inicie as aulas com acompanhamento de um intérprete de Libras, sendo que eu não sou usuária/ não utilizo a Libras como meio de comunicação, tive apenas um pouco de aprendizado da Língua de Sinais na escola, no ensino fundamental depois da chegada de um colega surdo em sala usuário de Libras. Não aprendi Libras desde criança, mas com meus colegas surdos de sala. Foi apenas o básico que eu aprendi. Na universidade, o acompanhamento do intérprete não foi útil para meu aprendizado, devido eu apenas possuir conhecimento básico de Libras. Eu sentia que era uma perda de tempo para os intérpretes, pois com a interpretação deles diante das explicações dos professores no curso, eu não conseguia entender nada do que interpretavam durante as aulas, às vezes acabava olhando para os próprios professores para fazer a leitura labial deles. Até que eu decidi fazer a solicitação de dispensa dos intérpretes.

Os pais devem compreender que “é de suma importância para que os pais percebam e aceitem que a língua de sinais traz benefícios educacionais, sociais, culturais e linguísticos para seu filho” (SILVA, CRUZ E CONCEIÇÃO, 2017) visando uma vida melhor, principalmente para a formação profissional de seu filho. Todos podemos ser independentes e capazes, pois é necessário compreender e conhecer a cultura surda para buscar informações, adaptações para lidar com as situações e ajudar o filho surdo apoiando, compreendendo, dando espaço para se conhecer e explorar a si e suas limitações e a sua independência para viver em sociedade.

A identidade surda é muito importante para o surdo ou deficiente auditivo, porém, identidade para o surdo ou deficiente auditivo não inclui seu gênero, data de nascimento, número do RG, etc. É a cultura, a forma de comunicação, o ambiente em que quer estar inserido; é também se identificar com o próximo, com a realidade do colega em sala de aula, com o amigo, com o filho. Cada pessoa com deficiência tem a livre escolha de se identificar.

Durante minha educação escolar, conhecer meus colegas surdos me mostrou que eu não estava só, que eu não era a única com perda de audição e que enfrentava barreiras, pois independente do grau de perda de cada um éramos iguais, e também diferentes. Pois sempre estávamos determinados a conseguir e conquistar nosso lugar dentro das escolas que passamos juntos, do ensino fundamental até o ensino médio. Estar por dentro dessa comunidade surda me mostrou quem eu sou, buscar a minha identidade, cultivar as minhas necessidades do que eu sou. Tudo foi um aprendizado, conviver com eles, aprender a língua de sinais. Porém, não foi por muito tempo que

permanecemos juntos, cada um terminou o ensino médio, cada um foi atrás da sua carreira, sua formação profissional, seu curso desejado. Depois disso, me senti órfã da língua de sinais dentro da universidade, o que me fez dispensar os intérpretes por não ser usuária de Libras.

Neves (2010) expressa que o conhecimento e o entendimento da língua e da identidade se dá dentro da comunidade surda podendo ser cultivada entre todos. Sendo assim, a cultura surda é

“...o jeito de o sujeito surdo entender o mundo e modificá-lo a fim de torná-lo acessível e habitável ajustando-o com suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades surdas. [...] Isso significa que abrange a língua, as ideias, as crenças, os costumes e os hábitos do povo surdo.” (STROBEL, 2009, p. 27 Apud NEVES, 2010, p. 152).

Quando há entendimento das necessidades e identidade surda, os caminhos tornam-se viáveis a todos, para compreender, se comunicar e viver juntos mediante a sociedade, sem limitar, discriminar; se ajustando a partir das necessidades de uma pessoa surda.

5.3. Barreiras

As constantes dificuldades vêm sendo enfrentadas por mim desde o ensino fundamental I até minha formação acadêmica. Lembro-me de situações como exclusão, preconceitos e falta de recursos de apoio para meu processo de aprendizagem e formação acadêmica. Durante meu ensino fundamental não havia outras pessoas com deficiência nas escolas que estudei. Muitas delas ainda frequentavam escolas específicas. Com o tempo, comecei a perceber surgirem outras pessoas com deficiência auditiva na minha turma no ensino fundamental II e também no ensino médio.

Durante o ensino fundamental I iniciei as aulas com uma professora, e a escola era particular. Tive aulas maravilhosas, e a professora era um amor. Depois ocorreu uma mudança geral, a escola tornou-se pública, aumentou o número de turmas, e ocorreu mudança de professores em algumas turmas, inclusive a minha turma. O que passou a ser inconveniente, pois a nova professora me isolava, me excluía, e me colocava no fundo da sala quando eu deveria estar sentada na frente para facilitar o entendimento das aulas devido minha deficiência auditiva. Esta professora não me tratava bem, e sempre eu dava queixa de seu comportamento, tratamento comigo, pois eu exigia ser respeitada, e ter a ajuda dela nas aulas. Devido a isso, ela pediu que eu fosse colocada em outra turma, ou seja, eu era um peso ou uma dificuldade para ela, que não podia me ajudar porque não

tinha preparação nenhuma e não sabia como lidar comigo. Não sou usuária de LIBRAS, e nesse tempo, no ensino fundamental I na escola que estudei não havia a inclusão em sala de aula e intérprete de Libras. Assim como, também eu não tinha entendimento sobre a minha deficiência, não sabia o que era ser surda, tudo foi um processo de autoconhecimento, amadurecimento para descobrir quem eu sou.

No momento que um surdo ingressa em uma classe regular, seja na escola ou na universidade, há a quebra de uma barreira, e uma conquista para todos. Muitas vezes, as situações frequentes os levam a pensar que sempre vai haver um empecilho no próprio caminho para suas conquistas. O professor em seu local de trabalho deve buscar caminhos para desenvolver atividades e estratégias metodológicas para estar preparado ao receber um aluno com deficiência auditiva, mantendo a sua formação continuada.

Historicamente, o contexto educacional era ainda mais limitado para as pessoas com deficiências, o que resultava de uma visão de segregação, justificada pela crença de que as pessoas com deficiências seriam mais bem cuidadas e protegidas se confinadas em um ambiente separado, que deram origem às classes especiais nas escolas regulares (MENDES, 2006). Atualmente, o contexto educacional vem se desenvolvendo, mas ainda de forma lenta, pois “o professor carrega a responsabilidade de auxiliar os alunos na apropriação do saber científico, independente de qual estratégia de ensino ele opte por utilizar” (SOUZA, 2017). De acordo com esse pensamento, cabe ao professor, obrigatoriamente, desenvolver seu trabalho para lidar com o aluno surdo de acordo com a necessidade e limitações que podem influenciar a aprendizagem do mesmo, buscando obter resultados no aprendizado do aluno, atender as demandas que a escola ou a universidade propõe.

Muitas vezes, quando o professor se depara com o aluno surdo, ele se põe no lugar de querer fugir da realidade, da grande responsabilidade que o processo inclusivo pode significar, por não se sentir preparado para tal demanda. Assim como no caso da professora que solicita a mudança de uma aluna surda para outra turma por não saber como lidar com a aluna, ou mesmo por não buscar conhecer seu aluno e buscar estratégias metodológicas para desenvolver o ensino, a educação de seu aluno. Barreiras atitudinais são as mais comuns dentro da escola regular e universidade. Elas consistem em atitudes ou comportamentos que impedem ou prejudicam a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas (BRASIL, 2000). De acordo com Lima e Silva (2008):

“As barreiras atitudinais, porém, nem sempre são intencionais ou

percebidas. Por assim dizer, o maior problema das barreiras atitudinais está se não as removemos, assim que são detectadas. Exemplos de algumas delas são a utilização de rótulos, adjetivações, substantivação da pessoa com deficiência como um todo deficiente, entre outras.” (LIMA E SILVA, 2008, p. 27)

Outra situação no ensino fundamental I, foi durante os jogos internos que o professor não aceitou a minha participação nos jogos da escola por achar que eu não poderia participar por causa da minha deficiência auditiva, alegando eu ser frágil. Porém, sou normal e humana como todos, só não escutava 100%, mas isso não me impediria de realizar nenhuma atividade da escola ou em qualquer lugar.

As barreiras atitudinais estão presentes em todos nós, que às vezes não percebemos a dimensão que pode causar uma ação ou omissão do que praticamos sobre o outro, sobre uma pessoa com deficiência. Portanto, é importante fomentar a consciência de que “o objetivo não é restringir, mas acolher a singularidade de cada indivíduo” (LIMA E SILVA, 2008, p. 29) aceitar que as “diferenças” estão presentes em cada um de nós.

A barreira atitudinal que se aplica nesta situação passada é fruto da ignorância, da percepção menos-valia e do assistencialismo e superproteção; que ocorre no momento da exclusão por parte do professor ao impedir uma aluna de participar das atividades realizadas pela escola, só por ter deficiência e ser considerada "frágil". É importante ressaltar e demonstrar na vida prática que ser deficiente não nos faz incapazes, fracassados ou "problemáticos". Nesse sentido, busquemos não ser ignorantes, e sim sabedores para lidar e aceitar alguém com deficiência, que são pessoas humanas, que vivem em sociedade como todos (LIMA E SILVA, 2008, p. 23).

No ensino fundamental II, não tive nenhuma dificuldade ou percebi atitudes de preconceito na escola. Todavia, ao ingressar nela não havia nenhum aluno com deficiência, apenas eu. Quando eu cursava a 6ª série, que atualmente chamamos de 7º ano, do ensino fundamental II, entraram dois alunos com deficiência auditiva na minha escola. Para um deles, era a sua própria mãe que acompanhava e interpretava as aulas para que seu filho pudesse estudar, e logo ela foi contratada como intérprete pela Secretaria de Educação do Município de Santa Isabel do Pará. E assim, pelo fato de terem alunos surdos em sala, a atenção de todos na turma e na escola foi despertada para aprenderem LIBRAS. Com a ajuda dessa mãe, que era intérprete do próprio filho surdo, todos os colegas de sala, professores e gestores da escola aprenderam a LIBRAS para se comunicarem com os alunos surdos, podendo facilitar a adaptação e ensino de cada

aluno.

Entretanto, o interesse no aprendizado de LIBRAS não durou muito tempo, tendo permanecido apenas uma professora na escola que sempre busca aprender e melhorar na sua comunicação com os surdos em sala de aula, ela é professora de Artes, formada em Música. Por conta do seu interesse na Língua de sinais, a professora buscou várias formas de adaptação de suas aulas para surdos, não só em ensinar Artes e suas histórias como também ensinar a música, independente de que estes não ouçam o som dos instrumentos, mas que possam sentir a vibração de cada um deles, e aprender sobre as notas musicais, e a tocá-los.

Vemos que “a necessidade de se compreender que a arte pode ser um instrumento de emancipação e descobertas a fim de reconhecer que ela pode ser usada por surdos e ouvintes” (DE SOUSA MACEDO, 2020) é também entender que a arte chega a cada indivíduo, de maneiras diferentes para cada um, mas compreendendo que a arte tem o objetivo de buscarmos formas de nos expressar, nos interpretar e aprender com ela.

Percebemos ainda, que o interesse do aprendizado da língua de sinais não deve partir apenas dos professores, mas da própria família e da sociedade também, que não está isenta de fazer parte da educação da pessoa surda. É importante que a família saiba se comunicar na língua de sinais, facilitando a convivência, a educação, o desenvolvimento e socialização da pessoa surda.

Stelling (1999) aponta que “os surdos sofrem a crise da identidade”, ou seja, isso ocorre dentro da família que às vezes acham que os filhos vão ser “curados” ou que podem adaptar-se a viver como ouvintes, mas quando um surdo adentra uma comunidade surda, ele passa a se ver verdadeiramente como surdo. Portanto, é necessário que a família aceite a identidade de seu filho, e busque formas de comunicação, como a Língua de Sinais.

Quando uma mãe sabe que seu filho é surdo, e ela se torna intérprete pelo próprio filho para beneficiar a sua educação, comunicação em casa e fora de casa, isso é considerável para ambos. São poucas famílias que têm este interesse em buscar aprender a Língua de Sinais. E pensar que quando a família não aprende a língua de sinais, para a pessoa surda é o mesmo que estar em um país em que não se fala a sua língua natural, é estar isolado em um lugar onde não te cabe ou não te identifica, e não encontra alguém que tenha a mesma língua para obter ajuda, e se adaptar aquele lugar.

No ensino médio, os alunos surdos que estudaram comigo foram para a mesma

escola que eu. Mas a mãe do aluno surdo não pode mais interpretar as aulas e acompanhar, pois ela foi contratada pelo município, e só poderia trabalhar como intérprete na escola do ensino médio se fosse contratada pelo Estado. Logo percebemos como a dificuldade seria maior para todos os surdos nessa nova etapa pela falta de intérprete em sala de aula. Foi uma luta para conseguir um intérprete, e antes que isso fosse possível, passei pela situação de que uma professora queria que eu interpretasse todas as suas aulas para meus colegas surdos, esquecendo que eu também era aluna dela, e precisava aprender junto com eles. Com a chegada do intérprete, ao invés de melhorar a comunicação, o problema se agravou para todos, porque o intérprete não lembrava mais os sinais da Libras, só o alfabeto em Libras que chamamos de Datilologia.

De acordo com a Constituição Federal, é dever do Estado dar acesso à Educação Inclusiva gratuita para as pessoas com deficiência obtendo atendimento especializado. Dispondo assim a proteção sobre ele, como diz o art. 5º do Estatuto da Criança e do Adolescente que “qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, deve ser punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.” (LEI FEDERAL, 1990).

A contratação de um intérprete que não “lembra” os sinais da LIBRAS, parece um insulto para as pessoas surdas, que precisam de ajuda, e acabam por ter que ajudar o intérprete a “lembrar” a Língua de Sinais. Isto é, aqueles que devem ser auxiliados acabam por ter de assumir o papel de auxiliar uma pessoa numa tarefa diferente da necessária em seu contexto educacional, enquanto precisam de um intérprete formado, com prática em LIBRAS e em processo de formação contínua. Dessa forma, é importante lembrar a responsabilidade legal da escola e do Estado ao contratar um profissional para um atendimento especializado.

“Parágrafo único. O exame de proficiência em Tradução e Interpretação de Libras - Língua Portuguesa deve ser realizado por banca examinadora de amplo conhecimento dessa função, constituída por docentes surdos, linguistas e tradutores e intérpretes de Libras de instituições de educação superior.” (Lei nº 12.319 de 1º de setembro de 2010).

Moura e Ribeiro (2021) discorrem que os intérpretes apresentam dificuldade depois de sua formação profissional por não terem desenvolvimento depois de sua proficiência, e que assim devem ter uma formação continuada. Esses fatores dificultam a interpretação para os surdos, a comunicação durante as aulas. É necessário estar em constante contato com a língua de sinais.

Eu e esses dois alunos surdos que terminaram o ensino médio junto comigo passamos no vestibular; eu na Universidade Federal, um em uma faculdade particular, e o outro na Universidade Estadual. Todos em cursos de formação de professores, sendo estes Licenciatura em Dança, Licenciatura em Biologia e Licenciatura em Matemática. Vemos o quanto é possível sim para a pessoa surda ser um futuro professor, ou se formar em outras áreas profissionais.

Na minha formação acadêmica em Licenciatura em Dança, ao entrar para mim foi um desafio, ao mesmo tempo a realização de um sonho, que entretanto, percebi a surpresa dos professores que não haviam tido contato anterior com um aluno surdo, o que se tornou um desafio para eles e para mim. Tive de mostrar estratégias para facilitar a nossa comunicação em sala. Com relação às formas de avaliação, não me foi dada uma avaliação específica ou separadamente dos outros alunos, foi igual para todos. Mas era necessário ter uma explicação, atenção maior do professor para o meu aprendizado.

Quanto a situações de repulsa, cheguei a ouvir de um professor na universidade em sala, que eu me escondo por trás da minha deficiência. Cheguei também a ouvir que a própria professora não poderia me ajudar durante uma explicação e pedir que a outra professora em sala fizesse isso porque ela não poderia me dar sua explicação e a atenção que eu necessitava. Na minha opinião, nenhum professor deve deixar seu aluno órfão de uma disciplina, de um aprendizado que necessita.

Adentrar em uma escola de ensino regular e na universidade, conforme já apontado aqui, é uma conquista para os surdos. Todavia, o conflito que resiste está ligado à falta de preparo dos professores para lidar com um aluno com deficiência. “Não fui preparado para lidar com crianças com deficiência” é uma das falas mais comuns dos docentes (LIMA, 2002, p.40 apud OLIVEIRA, ELIZÂNGELA DE SOUZA et al., 2012). Falas como está de muitos professores que não se sentem preparados são recorrentes e reforçam a percepção de que “apesar dos avanços dos ideários e de projetos político-pedagógicos, muitas instituições de ensino ainda não implementaram ações que favoreçam a formação de seus professores para trabalharem com a inclusão” (OLIVEIRA et al., 2012).

As instituições de ensino devem implementar em seus planejamentos não só a questão da obrigatoriedade em ter profissionais especializados, mas também devem atentar à importância de que todos os professores busquem uma formação adequada e continuada para o atendimento de pessoas com deficiência dentro da instituição de ensino, independentemente do tipo de deficiência que se apresente, a fim de atender às demandas

legais e contribuir para a construção de uma sociedade ética e inclusiva. Porém, será que cada professor depois de ter um aluno com deficiência auditiva ou outras, buscará uma preparação, uma formação contínua para sua prática e garantir o direito que seu aluno deve ter? Essa é uma pergunta sobre a qual devemos sempre refletir.

5.4. As leis e a realidade da pessoa com deficiência

A invisibilidade faz parte da vida das pessoas com deficiência. Para muitas dessas pessoas, a falta de conhecimento sobre seus direitos tanto individualmente quanto por parte dos diversos atores e setores sociais são fonte de diversos conflitos, que podem ser observados em diversos espaços, sejam eles transportes públicos, espaços de entretenimento, eventos, entre outros. A educação é uma das mais importantes esferas para o exercício da cidadania de uma pessoa com deficiência, seja em escola regular ou dentro de casa com auxílio da família.

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (LDB, 1996)

Adentrar em uma escola regular é uma conquista para os deficientes desde que a lei que nos ampara passou a ser aprovada, reconhecida. Porém, eu não via como uma conquista para mim, por motivo que antes não me identificava como Surda. Mas reconhecer hoje que devo lutar junto com a comunidade surda, é muito importante. Porque não é sempre que eu vou viver como um ouvinte vive, sem preocupações, “privilegiados”.

Vendo os momentos que vivenciei os preconceitos, a exclusão dentro da escola e em sala de aula por professores e colegas, não me enxergo como alguém que não entendia sobre a sua própria deficiência, mas como alguém que é surda e tem a sua luta diária para o reconhecimento, para ser respeitada e compreendida como todos, principalmente, dentro da escola, que foi e é o lugar da minha formação como pessoa e profissional. Eu tinha o direito de ter uma educação inclusiva. Todavia, em boa parte da minha educação tive de enfrentar muitas barreiras.

De acordo com a Lei de nº 13.146/2015, as barreiras são qualquer comportamento, impedimento de uma oportunidade de acessibilidade para uma pessoa com deficiência, e também de acesso a informações, e a locais que podem transitar por direito como todos. De acordo com a Lei de nº 13.146/2015, as barreiras são:

a) barreiras urbanísticas: as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo; b) barreiras arquitetônicas: as existentes nos edifícios públicos e privados; c) barreiras nos transportes: as existentes nos sistemas e meios de transportes; d) barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação; e) barreiras atitudinais: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas; f) barreiras tecnológicas: as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias;

De acordo com esta mesma lei, Art. 5º, a pessoa com deficiência está protegida “(...) de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, tortura, crueldade, opressão e tratamento desumano ou degradante” (BRASIL, 2015).

Sou grata por possuir uma lei que me ampara, pois, entrar em uma universidade pública é muito difícil. Principalmente, para as pessoas com deficiência auditiva que tem o seu desenvolvimento diferente dos ouvintes, devido ao amplo conhecimento da Língua Portuguesa necessário para fazer uma redação do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) para obter uma boa nota e conseguir aprovação para entrar em uma universidade pública. Digo, que se não fosse pela Cota PCD, eu não conseguiria entrar no ensino superior.

A educação é direito de todos, e isso inclui as pessoas com deficiência. São obrigatórias, pela lei, as medidas que assegurem a permanência e a acessibilidade para as pessoas com deficiência. A Lei 13.146/15, rege:

Art. 20, inciso II - aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena.

Garantir um sistema inclusivo na universidade e nas demais escolas regulares, é necessário para a garantia dos direitos básicos das pessoas com deficiência, e assim obter um sistema de acordo com as necessidades das pessoas com deficiência, como exemplo, o sistema de cotas, que por lei deve garantir até 20% das vagas para a permanência das pessoas com deficiência nas instituições de ensino. “Art. 30. Nos processos seletivos para ingresso e permanência nos cursos oferecidos pelas instituições de ensino superior e de educação profissional e tecnológica, públicas e privadas” (BRASIL, 2015).

Entretanto, a simples existência de um sistema de cotas não é o suficiente para a

obtenção de uma educação inclusiva. Faz-se necessário colocar em prática todas as ações que a lei impõe para que a inclusão de fato seja realizada. Ou seja, investir em profissionais qualificados para o atendimento educacional especializado, professores com formação continuada, recursos pedagógicos adaptados, e respeito ao desenvolvimento e aprendizagem do aluno com deficiência.

5.5. Espaços de inclusão - o papel da arte?

As disciplinas ligadas à arte foram as únicas disciplinas na escola que eu conseguia fazer com êxito, e também as que mais gostava. E todas eram feitas por meio de desenhos, história da arte e música.

A dança entrou na minha vida no momento em que eu estava estudando no ensino fundamental II. Minha prima fez parceria com a prefeitura municipal, e iniciou o ensino do ballet clássico onde funcionava a biblioteca da escola. Eu tinha 6 anos de idade quando iniciei as aulas de ballet clássico, não sabia que a dança era uma arte.

Nesta época, eu estava frustrada, devido muitos acontecimentos comigo, a troca de professora, troca de turma, exclusão da fila de lanche pelas serventes (merendeira escolar), os preconceitos e desentendimentos com os colegas de classe. A dança foi meu porto seguro, minha terapia, minha confiança, meu resgate para me desfazer das frustrações e me manter forte diante tudo o que estava apenas começando a acontecer desde a descoberta da minha deficiência.

Considerando que a disciplina de arte não havia nesta época da escola, eu vivia em constante dificuldade nas outras disciplinas. Eu acredito que ter a dança na escola, foi o que mudou na minha vida, na minha educação. Para conseguir me aceitar, me entender, e enfrentar tudo. Não é fácil viver sempre em um lugar, ambiente onde somos excluídos, segregados por causa de uma deficiência, até mesmo ser definido pelos outros como incapazes.

“Na arte temos uma grande aliada para a inclusão das crianças com deficiência, pois lhe proporcionam espaços para o autoconhecimento, ajudando no desenvolvimento global da criança, na socialização com seus pares e demais grupos sociais que frequentam, contribuindo de forma significativa para elevar a autoestima através de suas diversas linguagens com atividades como a colagem, a pintura, a escultura, o desenho, a música, a dança, o teatro onde permitem ao indivíduo expressarem-se de forma única e pessoal, rompendo barreiras, ultrapassando limites através do fazer artístico e suas possibilidades”. (MATIAS, p. 3, 2017)

Sabemos que a arte por sua vez tem a capacidade de trabalhar no desenvolvimento da pessoa, que assim vamos nos identificando as nossas percepções corporais, social e

emocional. Ela pode contribuir para o desenvolvimento das pessoas com deficiência, para adquirir autoconhecimento e autoestima. Transformando pessoas para a sociedade, como cidadãos.

A dança em si propõe um papel transformador na vida do ser humano, que cura, trata, liberta, e nos dá o reconhecimento de possibilidades para sua própria percepção de si na dança, na arte. A arte “trata-se de uma disciplina que tem papel integrador, plural e interdisciplinar no processo formativo humano em todas as instâncias da educação enquanto prática social formativa” (Matias, 2017).

Assim como a arte é fundamental para a educação, ela é um processo de ensino aprendizagem para o indivíduo. Quando desenvolvida na escola, promove possibilidades de mudanças e crescimento para o aluno e redução dos fatores negativos provocados em um aluno com deficiência quando ocorrem as dificuldades em sala, no espaço escolar. A arte como estratégia educadora contribui para o processo de ensino aprendizagem do aluno, facilitando as mudanças e integração com as demais disciplinas, na socialização, na identidade emocional, crítico-reflexivo, promovendo a construção de autoconhecimento diante da sociedade, e na sua educação para um futuro profissional. Lembrando que

“a importância da Arte não está apenas no desenvolvimento da criatividade que ela proporciona, ou no aprimoramento das formas de percepção por parte das Pessoas Portadoras de Necessidades Educativas Especiais, pois a Arte é relevante enquanto objeto de conhecimento que amplia a compreensão do homem a respeito de si mesmo e de sua interação com o mundo no qual vive”. (NÚCLEO DO CONHECIMENTO, 2017)

A arte é identidade, cultura, formação profissional e educação. A arte se faz presente em nosso cotidiano. No espaço inclusivo, podemos fazer da arte um meio de transformação para buscar possibilidades de adaptações, estratégias metodológicas para as necessidades de cada pessoa com deficiência. O ensino da arte para o surdo é essencial para o entendimento, conhecimento de todas as coisas, seja na educação, na socialização e nas vivências.

Durante o curso de Licenciatura em Dança, nas disciplinas junto com os professores buscamos estratégias metodológicas para lidarmos um com o outro. Foi uma troca de conhecimento, estudo. Proporcionando uma convivência tranquila, mas também houve conflitos que me frustraram, mas não deixo de agradecer por tudo o que passei. Afinal, foi desafiador a cada um, aqueles que não estavam preparados, e aqueles que já

tinham um pouco de conhecimento tiveram mais aproximação da minha realidade e minha fala sobre a vivência e identidade surda.

Acredito que só sabemos como lidar com um aluno surdo quando estudamos sobre o caso, quando conhecemos o aluno e temos contato com ele.

É necessário um trabalho contínuo para conhecer, avaliar, estudar, para obter resultados do desenvolvimento do seu trabalho com o aluno surdo. E assim, a dança para um surdo, é muito visual. E também na aprendizagem dos conteúdos em sala. Ser surda me faz ser alguém muito prestativa, observadora, e a arte é muito significativa para mim nesse sentido. Pensar no momento que entrei para a dança vejo que ela mudou completamente o meu desenvolvimento, tanto que me via alguém sem norte, e hoje sei o que sou e o que quero, sinto que amadureci, principalmente em questão da minha deficiência, não vejo a dança como barreira para mim. Mas uma superação por tudo o que enfrentei. Minha arte, minha dança, meu trabalho, me traz paz, alegria e forças.

A arte para o Surdo, além de contribuir para sua percepção social, emocional e física, e no desenvolvimento das suas peculiaridades, contribui também para a descoberta de sua capacidade e habilidade em diferentes áreas. Campos diz:

“As linguagens artísticas por sua dimensão e desenvolvimento, estão relacionadas a um mundo de amplo aprendizado, que permite a descoberta de habilidades e talentos até então desconhecidos. A criança é capaz de identificar os sons, não só no sentido de conhecer e reconhecer melodias, mas também no sentido de usufruir da contribuição da música em seu desenvolvimento motor e rítmico, de acordo com sua idade e desenvolvimento”. (CAMPOS, p. 18, 2012)

Em concordância com a autora, compreendo que a dança também não consiste em uma simples forma de arte utilizada de forma secundária no âmbito da escola, e não somente ser profissional na área, vejo que a dança permite também experimentar e vivenciar tudo o que ela contribui para o nosso desenvolvimento corporal e emocional, que engloba diversas esferas de percepção e aprendizagem.

5.6. O processo de formação de professores e a inclusão

No decorrer da minha formação escolar e acadêmica, observei muitos comportamentos diferentes de cada professor que tive durante minha educação. Muitos não estavam preparados, ou se achavam que sim, demonstraram que não. Penso que, no momento que aceitamos uma turma nova de alunos, precisamos obter um histórico de cada um, para saber se tem algum aluno com deficiência ou não, porque nem sempre a coordenação da escola ou curso vai dizer que tem.

Cada profissional que exerce seu trabalho, e principalmente os professores, devem sempre buscar conhecer o “objeto” do seu trabalho - seus alunos - antes de ministrar as aulas. Considera-se muito importante conhecer seus alunos e saber sobre seu histórico familiar e educacional, para estar preparados para lidar com seus alunos, especificamente, estudar e preparar sua aula de acordo com a faixa etária, de acordo com a necessidade de uma pessoa com deficiência, o nível de aprendizagem de cada aluno, e o seu comportamento diante de seus alunos e dos alunos entre si, em sala de aula. Os processos de formação docente devem buscar o desenvolvimento das competências e habilidades específicas para o enfrentamento dessas questões.

Desde a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), em 1996, iniciou-se um processo de mudança em todos os níveis da educação. A LDB traz todo um capítulo dedicado à formação de professores, assinalando os fundamentos metodológicos, os tipos e modalidades de ensino, bem como as instituições responsáveis pelos cursos de formação inicial dos professores (LDB 9394/96).

Todavia, o investimento em formação docente de nível superior, somente, não resolve a complexidade dos problemas educacionais especialmente considerado o campo da inclusão escolar. É preciso compreender que mudanças no campo dependem de diversos fatores que incluem o contexto social e cultural, as concepções e representações sociais relativas à deficiência e os recursos materiais e humanos disponíveis à escola (PLETSCH, 2009).

As diretrizes do MEC para a formação de professores elencam da seguinte forma as exigências para o desempenho do papel docente:

“Orientar e mediar o ensino para a aprendizagem dos alunos; responsabilizar-se pelo sucesso da aprendizagem dos alunos; assumir e saber lidar com a diversidade existente entre os alunos; incentivar atividades de enriquecimento curricular; elaborar e executar projetos para desenvolver conteúdos curriculares; utilizar novas metodologias, estratégias e material de apoio; desenvolver hábitos de colaboração e trabalho em equipe” (MEC, 2000, p. 5).

De acordo com Reily (2010), nos cursos de licenciatura os discentes não possuem conhecimento da realidade escolar com os alunos com deficiência, e que o momento que eles se deparam primeiro com tal realidade é no estágio docente. Portanto, além de o primeiro contato com alunos com deficiência ser no estágio, este contato ainda não é considerado o suficiente para conhecer a realidade do aluno e desenvolver habilidades

para a educação de pessoas com deficiência. Porque o estágio docente, ocorre de semestre a semestre, variando os níveis de ensino. E só depois da formação do professor, quando este se encontra no campo de trabalho, o contato direto com o aluno deficiente acontece. Nesse momento, cabe a cada professor buscar ter o interesse em obter sua especialização, a sua formação continuada. E de acordo com o Art. 18, das Diretrizes Curriculares da Educação Especial na Educação Básica, 4º parágrafo diz que: “Aos professores que já estão exercendo o magistério devem ser oferecidas oportunidades de formação continuada, inclusive em nível de especialização, pelas instâncias educacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.” (BRASIL, 2001), porém, cabe a cada instituição prever e prover profissionais especializados e capacitados, preparados para receber alunos com deficiência ou não.

No curso de Licenciatura em Dança da Universidade Federal do Pará, existem duas disciplinas voltadas à prática docente inclusiva: Dança Inclusão e Libras. As duas abordam assuntos sobre deficiência, são necessárias para a formação dos professores, mas não suficientes para se aprofundar nos assuntos sobre as deficiências. Tanto que, na disciplina Dança Inclusão, fiz meu relato de história para a turma, para compreenderem um pouco mais sobre a minha realidade e minha deficiência auditiva. Acredito que foi bom para todos terem o conhecimento e estarem preparados e com os olhares abertos sobre isso. Posso assim dizer que conviver com deficientes nos muda, e nos prepara, principalmente, nos torna empáticos.

Que tipos de professores queremos ser? Será que estamos preparados para receber um aluno com deficiência? Mesmo não estando diretamente trabalhando com alunos com deficiência, ainda devemos buscar nos especializar? Cabe a cada um de nós nos fazer estes questionamentos e responder a si mesmo. Ser professor, é ser educador, a educação de cada aluno reflete o ensinamento de cada professor. Sejam simpáticos, humanos, acolhedores, praticando sempre a igualdade e equidade.

“Por fim, ponderamos que a formação em serviço que advogamos é aquela que contempla conhecimentos teóricos por meio dos quais o professor possa confrontar com suas concepções, saberes e práticas e, além disso, possibilita reflexões sobre sua prática à luz de tais conhecimentos”. (NOZI E VITALIANO, p. 141, 2015)

Assim, de acordo com PLETSCHE (2009), o atual e grande desafio dos cursos de formação de professores é o de produzir conhecimentos que possam desencadear novas

atitudes que permitam a compreensão das diversas e complexas situações de ensino na educação inclusiva, para que os professores possam desempenhar de maneira responsável e satisfatória seu papel de ensinar e aprender para a diversidade. Para tanto, é necessário elaborar políticas públicas voltadas para a inclusão, e adequar a formação de professores às exigências educacionais inclusivas e definir um perfil profissional do professor, voltado ao desenvolvimento das habilidades e competências necessárias de acordo com a realidade brasileira. Essas parecem ser, hoje, medidas urgentes a serem adotadas para que ocorra uma mudança no panorama da educação inclusiva.

6. CONCLUSÃO

Nesta pesquisa tivemos como objetivo principal a realização da análise dos processos artístico-educacionais-formativos para a educação inclusiva de uma aluna com deficiência auditiva, que a partir dos seus relatos de experiência demonstra o quanto as dificuldades e barreiras estão presentes mesmo quando se tem as leis que amparam uma pessoa com deficiência.

A partir disso, esperamos que as mudanças ocorram, e que as exclusões, segregações e as barreiras atitudinais sejam reduzidas gradativamente, e a partir de um processo contínuo de conscientização e formação de novos docentes mudem.

E assim, que os profissionais da educação possam ver a capacidade de cada aluno, buscando estratégias metodológicas para estarem aptos a desenvolverem suas aulas com excelência, embasados nos princípios de equidade e justiça.

Acredito que a importância deste trabalho, possa servir como elemento de desenvolvimento de processos empáticos para os professores e futuros professores de licenciatura, principalmente na licenciatura em dança; que deste ao ler os relatos de experiência e as reflexões de uma aluna surda, os professores estejam mais preparados para lidar com questões semelhantes futuramente. Assim como diz a autora Do Amaral Araújo (2017) que a partir do momento que o professor está exercendo seu trabalho, diante das situações com seus alunos, ele passa a buscar o conhecimento e melhorar à sua maneira de trabalhar, e executar seu trabalho com sabedoria e empatia, assim para ver resultados nos processos de aprendizagem do seu aluno surdo ou com qualquer outra deficiência.

Falar desta pesquisa é de extrema importância para cada pessoa com deficiência;

não apenas para as pessoas surdas, mas de um modo geral. Devido a relutância de conquistar seu lugar, seu direito, e o reconhecimento em sua capacidade no desenvolvimento educacional. E aos profissionais da educação, para visar um melhor trabalho e uma atuação consciente e voltada à inclusão no contexto educacional. Também aos pesquisadores, para compartilhar em seus trabalhos, a partir deste; mostrando a realidade de uma pessoa com deficiência surda dentro da escola, da universidade, e em seu processo de formação como professora de dança.

7. REFERÊNCIAS

CAMPOS, Gisele de. O ensino da arte no contexto da educação inclusiva. 2013.

CIVIL, Casa. Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (estatuto da pessoa com deficiência). Brasília, 2015.

CIVIL, Casa. Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília–DF, 2000.

CORIAT, L. Algumas ideias acerca da inclusão da criança com Síndrome de Down, em todas as escolas de educação para deficientes mentais. In: Escritos da Criança, Porto Alegre: Fayet, n. 6, 2006.

DO AMARAL ARAUJO, Patrícia Cardoso Macedo. Considerações sobre a formação docente na perspectiva da inclusão escolar. Revista Educação, Artes e Inclusão, v. 13, n. 3, p. 099-119, 2017.

DESSEN, Maria Auxiliadora; POLONIA, Ana da Costa. A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. Paidéia (Ribeirão Preto), v. 17, n. 36, p. 21-32, 2007.

DE SOUSA MACEDO, Géssica. O ensino de Libras e as artes visuais motoras: Diálogos necessários na escola. Educação Contemporânea-Volume 08 Educação Inclusiva, p. 29.

EDUCAÇÃO, Da. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Brasileira, 2014.

FEDERAL, Governo. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei federal, v. 8, 1990.

LDB: Lei de diretrizes e bases da educação escolar nacional – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

MATIAS, Janielly Fernandes. A arte como elemento facilitador no contexto da educação inclusiva. 2017.

MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. Revista brasileira de educação, v. 11, n. 33, p. 387-405, 2006.

MOURA, Joyce Mary Sabino Silva; RIBEIRO, Mariana Laura Queiroz. A FORMAÇÃO DO TRADUTOR/INTÉRPRETE DE LIBRAS NA REDE ESTADUAL DE ENSINO. CONEDU - Congresso Nacional de Educação, 2021.

NEVES, Gabriele Vieira. As imagens do outro sobre a cultura surda. CONJECTURA: filosofia e educação, v. 15, n. 1, 2010.

OLIVEIRA, ELIZÂNGELA DE SOUZA et al. Inclusão social: professores preparados ou não? Polêm!ca, v. 11, n. 2, p. 314-323, 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes. 1975.

PLETSCH, Márcia Denise. A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas. Educar em revista, p. 143-156, 2009.

RIBEIRO, Ernani Nunes; SIMÕES, José Luiz; DA SILVA PAIVA, Fábio. Inclusão escolar e barreiras atitudinais: um diálogo sob a perspectiva da sociologia de Pierre Bourdieu. Olhares: Revista do Departamento de Educação da UNIFESP, v. 5, n. 2, p. 210-226, 2017.

SABERES, E. PRÁTICAS DA INCLUSÃO. recomendações para a construção de escolas inclusivas./coordenação geral SEESP/MEC. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

SAMPAIO, Cristiane T.; SAMPAIO, Sônia Maria R. Educação inclusiva: o professor mediando para a vida. Eudfba, 2009.

SILVA, Adriana Soares da. A função da família no processo de desenvolvimento de filhos com deficiência intelectual. 2015.

SILVA, José Affonso Tavares; DE JESUS CRUZ, Alanne; CONCEIÇÃO, Fábio Henrique Gonçalves. O aprendizado da Libras como segunda língua pela família do surdo. Encontro Internacional de Formação de Professores e Fórum Permanente de Inovação Educacional, v. 10, n. 10, 2017.

SOUZA, Lucas Thiago Pires de. As dificuldades encontradas na educação de surdos na perspectiva do professor. 2017.

SOUZA, Olga Solange Herval. Itinerários da inclusão escolar: múltiplos olhares, saberes e práticas. Brasil, Editora da ULBRA, 2008.

VENDRUSCULO, Larissa Ester Bartz. A descoberta da deficiência do filho: o luto e a elaboração dos pais. 2014.

WEBER, Maria Luiza Ternes. A importância da arte na educação especial. Núcleo do Conhecimento, 2017. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/arte-na-educacao-especial>. Acesso em: 10 de Junho de 2022.